

PRESTAÇÃO DE CONTAS 2019

CÂMARA MUNICIPAL DE
TERRAS DE BOURO



RELATÓRIO DE GESTÃO



PRESTAÇÃO DE CONTAS 2019



ÍNDICE:

Preâmbulo.....	3
Relatório de Gestão.....	4
Introdução.....	4
Relatório de Atividades.....	12
Relatório Financeiro	13
Execução e evolução da política orçamental	13
Evolução da situação económica e financeira	24
Evolução da dívida municipal.....	30
Distribuição de custos por funções.....	32
Recursos Humanos	34
Factos relevantes ocorridos após o encerramento do exercício	41
Proposta de aplicação de resultados	43

PREÂMBULO

O órgão executivo do Município de Terras de Bouro apresenta os Documentos de Prestação de Contas relativos ao ano de 2019, cabendo à Assembleia Municipal a sua apreciação e votação, em conformidade com o disposto na alínea l) do n.º 2 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 13 de setembro – Regime Jurídico das Autarquias Locais.

Os presentes documentos obedecem à Resolução n.º 4/2001 – 2.ª Secção – Tribunal de Contas, de 12 de julho, alterada pela Resolução n.º 6/2013 – 2.ª Secção, de 14 de novembro e pela Resolução n.º 2/2014 – 2.ª Secção, de 27 de novembro – Instruções n.º 01/2001 – 2.ª Secção – Instruções para a organização e documentação das contas das Autarquias Locais e Entidades Equiparadas, abrangidas pelo Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL), bem como à Resolução n.º 7/2018 – 2.ª Secção, de 6 de dezembro.

Considerando o disposto na Lei n.º 1-A/2020, de 19 de março, que aprova medidas excecionais e temporárias de resposta à situação epidemiológica provocada pelo coronavírus SARS-CoV-2, agente causador da doença COVID-19, os presentes documentos de prestação de contas são agora apresentados à Assembleia Municipal, tendo fundamento legal no diploma referido.

A gestão do Município de Terras de Bouro teve por base os documentos de planeamento, nas suas Opções do Plano, Orçamento e Plano Plurianual de Investimentos aprovados para o mesmo ano.

RELATÓRIO DE GESTÃO

INTRODUÇÃO

O Concelho de Terras de Bouro é uma realidade plural que exige uma atenção e um empenho permanentes perante todas as situações do quotidiano. Desta forma, a estratégia de desenvolvimento delineada por este Executivo está essencialmente centrada nas pessoas, tendo como principal objetivo a coesão social e, simultaneamente, um desenvolvimento generalizado do território dentro de um quadro absolutamente sustentável.

Nessa perspetiva, a execução das Grandes Opções do Plano e o Orçamento aprovados para 2019 materializaram o desiderato para dar corpo a esses pressupostos.

Conscientes dos desafios que se nos colocam, priorizamos a satisfação de necessidades que criem melhores condições de vida aos munícipes, o que nos deixa satisfeitos, pois a correspondência entre aquilo que nos propusemos fazer e o que efetivamente foi concretizado, dá para concluir que, seguindo uma política de verdade e de compromisso, vemos reforçada a confiança dos Terrabourenses nos seus eleitos.

Os dados relativos à atividade do Município em 2019 traduzem e espelham um modelo de gestão alicerçado na ambição clara e num projeto coerente, assente em propostas concretas para cada uma das áreas de Gestão Municipal.

A colaboração ativa com as Juntas de Freguesia, as Associações Culturais, Desportivas e Recreativas, Associação Humanitária dos Bombeiros, Delegações da Cruz Vermelha Portuguesa, com as IPSS (Instituições Particulares de Solidariedade Social) e com os agentes de desenvolvimento local, é bem o reflexo de uma gestão atenta, de proximidade e de sensibilidade social.

O trabalho que realizamos, a um ritmo sem precedente, leva-nos a afirmar que Terras de Bouro está na senda do desenvolvimento, afirmando-se como um território onde vale a pena viver e onde faz sentido investir.

Percorrendo as diferentes áreas da Gestão Municipal, poderá constatar-se que o ano de 2019, uma vez mais, foi um ano de grandes concretizações, sendo que, mesmo assim, não ficam aqui totalmente vertidas a globalidade das realizações.

Assim:

Ambiente, Urbanismo e Ordenamento do Território

- Conclusão das obras de beneficiação e requalificação das Escolas Básica do Gerês e Rio Caldo.
- Início da beneficiação do Caminho Florestal da Guarda-Boça da Mó-Ponte de Albergaria.
- Beneficiação do Caminho Florestal entre Leonte e Portela do Homem.
- Início da obra do Parque Verde Urbano de Moimenta.
- Início da obra de construção do Açude no Rio Homem.
- Início da obra de requalificação da Avenida 20 de Junho no Gerês.
- Transferência dos CTT do Gerês para Instalações Renovadas.
- Executada obra para Instalação de ATM na Vila do Gerês.
- Início da construção do Centro de Recolha oficial Municipal (CANIL).
- Apoio para a construção da Capela Mortuária na Freguesia da Ribeira.
- Pavimentação no lugar de Campos Abades (St.^a Isabel do Monte).
- Pavimentação no lugar de Outeiro, freguesia de Souto.
- Alargamento do acesso ao lugar de Freitas, freguesia de Covide.
- Calcetamento no caminho de Ribeiral, lugar de Gilbarbedo da freguesia de Cibões.
- Calcetamento no lugar de Cavacadouro, freguesia de Moimenta.
- Alargamento da estrada no lugar de Vergaço, freguesia de Cibões.
- Calcetamento no loteamento e lugar da Lagoa, freguesia de Chamoim.
- Construção de muro, alargamento de caminho e arranjo de espaço no lugar de Lagoa, Chamoim.
- Construção de muro no lugar de Parada, freguesia de Rio Caldo.
- Construção de muro no lugar da Pedreirinha, freguesia de Rio Caldo.
- Construção de muro no lugar de Levandeira, freguesia da Balança.
- Construção de muro e colocação de vedação no lugar de Guardenha, freguesia de Gondoriz.

- Criação de parque de estacionamento no lugar do Bairro, freguesia de Vilar da Veiga.
- Reparação do caminho do Calvário, lugar do Lodeiro, freguesia da Ribeira.
- Alargamento do caminho de Real, União de Freguesias de Chorense e Monte.
- Instalação de depósito de água, no lugar da Assureira, freguesia de Vilar da Veiga.
- Criação de zona de estacionamento na freguesia do Campo do Gerês.
- Arranjo do pavimento da estrada da Geira em Souto (Santa Cruz) e Balança.
- Arranjo dos acessos interiores do Cemitério no lugar do Assento, freguesia de Valdosende.
- Ligação do ramal da água do lugar de Assureira ao Peito do Galo, freguesia de Vilar da Veiga.
- Requalificação do reservatório de água no lugar de S. Pantaleão, freguesia da Balança.
- Reabilitação do reservatório de água no lugar de Água Levada, freguesia da Balança.
- Requalificação do reservatório de água no lugar de Moimenta-a-Nova, freguesia de Moimenta.
- Extensão de água do lugar de Mesquita ao lugar de Cabaninhas, freguesia de Gondoriz.
- Desvio do coletor de saneamento junto à Cruz Vermelha do Gerês.
- Construção de reservatório de água em Cutelo, freguesia de Cibões.
- Instalação de estação elevatória em Aldeia, freguesia de Chorense.
- Reparação de caminho em Sequeirós, freguesia de Chamoim.
- Pavimentação e construção de muro, freguesia de Carvalheira.
- Requalificação de acesso ao cemitério, freguesia de Gondoriz.
- Alargamento de curva na freguesia da Balança.
- Pavimentação de caminho na freguesia da Ribeira.
- Alargamento e pavimentação de caminho na freguesia de Souto
- Pavimentação de caminho no lugar do Assento, freguesia de Cibões.
- Pavimentação de Caminho no lugar de Gilbarbedo, freguesia de Cibões.
- Pavimentação de caminho no lugar da Parreirinha, freguesia de Cibões.
- Pavimentação de caminho no lugar das Cruzes, freguesia de Chorense.
- Pavimentação de caminho em Moimenta de Cima.
- Arranjo de caminho de acesso a Padrós, freguesia de Chamoim.

Educação e Juventude

- No âmbito do Projeto Municipal de Combate ao Insucesso Escolar - TER +Sucesso, foram desenvolvidas várias atividades com vista ao sucesso educativo dos alunos, nomeadamente lanches saudáveis nas escolas, seminários, etc.
- Foi realizado um simulacro de acidente em parceria com o Agrupamento de Escolas de Terras de Bouro, Bombeiros Voluntários de Terras de Bouro e a Guarda Nacional Republicana.
- Assinalou-se o Dia Mundial da Criança e do Ambiente, envolvendo todas as crianças dos estabelecimentos do 1.º Ciclo e Pré-escolar concelhios.
- Realizaram-se as Oficinas de Trabalhos de Verão.
- O Município acolheu a III Jornadas Concelhias das Bibliotecas Escolares.
- No âmbito do Projeto PNPG GO, foram promovidas inúmeras atividades que envolveram o público escolar e que pretenderam sensibilizar os mais jovens para as riquezas do Parque Nacional e, ao mesmo tempo, envolve-los na promoção da conservação e proteção da natureza.
- Foram oferecidos a todos os alunos do 1.º Ciclo as fichas de trabalho complementares aos manuais escolares.
- Foram oferecidos às bibliotecas escolares livros para as crianças do Pré-escolar.
- No âmbito do projeto “Sensibilizar, Crescer e Atuar VIII” promovido pela GNR, o Município, através das ATL de Verão, participou em várias atividades de prevenção e segurança.
- Foram realizadas várias atividades com os alunos ao abrigo do Programa Cinco ao Dia promovido pelo Mercado Abastecedor da Região de Braga.
- A Câmara Municipal de Terras de Bouro, com o patrocínio da SABSEG Seguros (ao abrigo da Lei do Mecenato) e apoio da Caixa Agrícola, premiou pela primeira vez os alunos do Quadro de Mérito definido pelo Agrupamento de Escolas de Terras de Bouro.

Ação Social

- No programa de Apoio à Melhoria das Condições de Habitabilidade “Habitação Condigna”, que consiste na recuperação de habitação própria e permanente, foram contemplados 8 agregados familiares.
- No âmbito da Habitação Social, foram acompanhados 30 agregados familiares, ou seja, cerca de 70 pessoas.
- No âmbito da Habitação Social, procedeu-se ainda ao realojamento de três (3) novas famílias.
- No programa de Incentivo à Natalidade foram beneficiadas 31 crianças.
- Dinamização do Serviço de Proximidade.
- Nos programas Bem Envelhecer e Envelhecer a Sorrir foram promovidas 12 de atividades de envelhecimento ativo, envolvendo cerca de 80 idosos.
- No âmbito programa Porta 65-Jovem foi prestado apoio técnico aos jovens do concelho na apresentação de candidaturas, nomeadamente a quatro (4) agregados familiares.
- Através da Loja Social foram apoiadas cerca de 56 pessoas com bens como alimentos, têxteis e vestuário, material didático e brinquedos, eletrodomésticos, mobiliário.
- Através do Banco Local de Ajudas Técnicas, foram disponibilizados equipamentos a 50 pessoas em situação de incapacidade e/ou dependência, temporária ou definitiva.
- No âmbito do Protocolo de Parceria assinado entre a Câmara Municipal e o Centro Distrital de Braga da Segurança Social, foram acompanhadas cerca de 115 famílias através do Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social. Procedeu-se, igualmente, ao acompanhamento, avaliação e monitorização das ações inscritas nos Contratos de Inserção do Rendimento Social de Inserção (RSI) na área da habitação e participação nas reuniões do Núcleo Local de Inserção (NLI).
- Em sequência da aprovação das candidaturas ao Aviso NORTE-42-2018-15|Investimento em Equipamentos Sociais, foi prestado apoio técnico às 5 IPSS's, sobretudo ao nível da contratação pública, organização/submissão de Pedidos de Pagamento e de Relatórios de Execução.
- No âmbito da publicação do Aviso NORTE-42-2019-48|Investimento em Equipamentos Sociais, foi prestado apoio técnico a 6 IPSS's na preparação e submissão das candidaturas.

- Foram iniciados os Projetos “CHEGA +” e “ENVOLVER”, ambos com o objetivo de intervenção na prevenção e acompanhamento de casos relacionados com a problemática da violência doméstica e de género, designadamente a criação do gabinete de apoio à vítima.
- Através do Grupo de Trabalho Intermunicipal para a Igualdade e Não Discriminação, composto por responsáveis da CIM do Cávado e dos Municípios associados, foi apresentada candidatura do Projeto “Cávado + Igual”, através Programa de Conciliação e Igualdade de Género do EEA Grants 2014-2021, a qual já foi aprovada.
- Desenvolvimento de uma estreita parceria com a ATAHCA, Entidade Coordenadora Local do projeto CLDS 4GEIRA – Gerações, Emprego, Inclusão e Revitalização de Atividades em Terras de Bouro, através do apoio técnico aquando da candidatura ao POISE e na preparação e execução do plano de ação.
- Apoio na revisão e encerramento de 3 processos no âmbito do Programa Solarh.
- Divulgação e organização do Projeto Pimpolho (Projeto de Prevenção da Ambliopia), no âmbito do Protocolo celebrado com o Hospital de Braga, tendo participado no projeto 38 crianças.
- Apoio na construção de Centro de Dia na freguesia de Cibões.
- Renovação e apetrechamento do Centro de Convívio da freguesia de Carvalheira.

Turismo, Desporto e Lazer

- Intervenção de limpeza de trilhos pedestres.
- Realização da VII Edição do Festival de Caminhadas no Gerês.
- Presença na Bolsa de Turismo de Lisboa em parceria com outras entidades locais
- Participação na XII Gala dos Troféus Desportivos “O Minhoto”.
- Realização do festival de caminhadas em Santa Isabel do Monte.
- Realização do XX Encontro concelhio de Cantares de Natal e Reis.
- Apoio à equipa de Terras de Bouro na participação da 1ª e 2ª Prova do Circuito Interclubes de tiro.
- Apoio à Equipa Terrabourense de Kickboxing.
- Acolhimento da Assembleia Geral de Turismo na Vila do Gerês.

- Colocação de bancadas no Pavilhão Gimnodesportivo do Agrupamento de Escolas de Terras de Bouro.
- Promoção da atribuição do Galardão Qualidade de Ouro 2019 à Praia do Alqueirão (Classificação da QUERCUS).
- Colaboração na organização da XII Ultra Geira/Via Romana 2019.
- Colocação de placas com informação direcional nos Trilhos Pedestres.
- Apoio à EDP Distribuição Gerês Granfondo by Trek (2.000 atletas).
- Apoio à Peneda-Gerês Trail Adventure (900 atletas de muitas nacionalidades).
- Realização do Torneio Concelhio de Futsal.
- Colocação de Tela Promocional do PNPG no aeroporto Sá Carneiro.
- Acolhimento da Exposição Fotográfica “Segredos do Cávado”.
- Apoio à Extreme Gerês Marathon (1300 participantes).
- Apoio à IV Taça de Portugal de Enduro 2019.
- Subscrição do protocolo entre o Município e a Braga CUP para realização de prova.
- Distribuição de material de Promoção Turística aos agentes de desenvolvimento local.
- Realização das Festas Concelhias
- Apoio a festas nas freguesias
- Realização do Encontro Sénior que congregou centenas de pessoas na Quinta da Malafaia.

Desenvolvimento Económico/Gabinete de Apoio à Agricultura

- Apoio no licenciamento das explorações agrícolas.
- Destruição de ninhos de vespa asiática.
- Organização dos domingos gastronómicos e do cabrito biológico.
- Organização da Feira de S. Martinho nas terras do Gerês.
- Organização do concurso pecuário inserido nas festas concelhias.

Não poderíamos deixar de referir que o Dia do Município, 20 de outubro, foi comemorado com muita elevação em que, numa cerimónia pública, no Museu da Geira, Campo do Gerês, foi homenageado o senhor Cónego Dr. João Aguiar Campos, ex-Diretor da Rádio Renascença, tendo também sido feita a apresentação do livro NOMADISMO DA ALMA, cuja autoria é do terra-bourense, Dr. António Cunha.

PRESTAÇÃO DE CONTAS 2019



Com determinação e responsabilidade continuaremos a traçar o rumo correto para o Município de Terras de Bouro.

O Caminho para a consecução desse objetivo deve ser o de manter o bom nível dos principais indicadores orçamentais, bem como, pautar a nossa gestão pelo cumprimento das normas da Lei do Orçamento de Estado para as autarquias locais, tendo em vista, manter e alcançar a consolidação e equilíbrio financeiro do Município.

Assentes nesses pressupostos e garantias, apresentamos de seguida, o Relatório e as Contas do ano de 2019.

RELATÓRIO DE ATIVIDADES

Relativamente ao **Orçamento Municipal da Receita e da Despesa para 2019**, importa desde logo salientar que o Município iniciou aquele ano com um orçamento global de € **12.930.624** e, ao longo do ano, fruto de revisões ao orçamento, atingiu o montante de € **13.673.378**.

Quanto à **execução orçamental de 2019**, verificou-se uma receita cobrada bruta global de € **10.418.593**, a que corresponde uma taxa de execução de 76 %, e uma despesa global paga de € **10.258.940**, com uma taxa de execução de 75 %.

As receitas correntes cobradas brutas apresentam um montante de € **8.799.617** (taxa de execução de 99 %), tendo superado em € **1.202.975** as despesas correntes que se situaram em € **7.596.642** (taxa de execução de 93 %). Deste modo, foi cumprido o princípio do duplo equilíbrio corrente preconizado no Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL), uma vez que o total das receitas arrecadadas supera o total das despesas pagas e as receitas correntes cobradas foram superiores ao total das despesas correntes pagas.

De acordo com as regras previstas no artigo 40.º do Regime Financeiro das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, na sua redação atual, a **poupança corrente situou-se nos € 846.687**.

Quanto às receitas de capital verificou-se a arrecadação de € **1.314.818**, que representa uma taxa de execução de 29 %. No que diz respeito às despesas de capital registou-se o pagamento de € **2.662.299** (taxa de execução de 49 %), diferença que representa a canalização de receitas correntes para a componente das despesas de capital.

As dívidas do Município de curto prazo, incluindo as relativas a operações não orçamentais, atingiram, no final do ano de 2019, o montante de € **546.151**, o que representa uma redução, em comparação com o ano de 2018 de cerca de 8 % (menos € 49.903).

As dívidas de médio e longo prazos apresentavam, em 31/12/2019, um saldo de € **1.843.461**, o que representa uma redução de 13 %, comparativamente com o ano de 2018 (menos € 282.527).

Em 31/12/2019, o prazo médio de pagamento aos fornecedores era de **9 dias** (13, em 2018), de acordo com a ficha do município, extraída da plataforma informática da DGAL.

Por último, devemos enfatizar que as contas do Município são auditadas e certificadas por uma **Sociedade de Revisores Oficiais de Contas**, confirmando a solidez dos Documentos de Prestação de Contas.

RELATÓRIO FINANCEIRO

EXECUÇÃO E EVOLUÇÃO DA POLÍTICA ORÇAMENTAL

O Orçamento e as Grandes Opções do Plano do Município inscritas nos Documentos Previsionais para 2019 definiram as principais escolhas da política orçamental do município, tendo obtido aprovação pela Câmara Municipal em 25 de outubro de 2018 e pela Assembleia Municipal em 30 de novembro do mesmo ano, iniciando-se a sua aplicação a partir do primeiro dia do ano 2019.

Receitas

O orçamento inicial previa, em 1 de janeiro de 2019, uma receita total de € 12.930.624, dos quais € 8.722.353 correspondiam a receitas de natureza corrente, € 4.208.266 a receitas de capital e € 5 a outras receitas.

RECEITA	Previsões Iniciais	Previsões corrigidas	Receitas Cobradas	Desvio	% Exec.
Receita Corrente	8 722 353,00	8 857 749,00	8 799 616,89	-58 132,11	99,34%
Receita de Capital	4 208 266,00	4 520 141,00	1 314 817,73	-3 205 323,27	29,09%
Outras receitas	5,00	295 488,00	304 158,44	8 670,44	102,93%
TOTAL	12 930 624,00	13 673 378,00	10 418 593,06	-3 254 784,94	76,20%

No decurso do ano foram arrecadadas receitas no valor total de € **10.418.593**, correspondentes a 76 % da previsão total das receitas.

Receitas Correntes Brutas

RECEITAS CORRENTES	Previsões Iniciais	Previsões corrigidas	Receitas Cobradas	Desvio	% Exec.
Impostos diretos	825 000,00	825 000,00	885 596,97	60 596,97	107,35%
Impostos indiretos	49 260,00	49 260,00	62 781,47	13 521,47	127,45%
Taxas, multas e o. penalidades	130 430,00	130 430,00	170 962,33	40 532,33	131,08%
Rendimento de propriedade	478 355,00	478 355,00	483 482,01	5 127,01	101,07%
Transferências correntes	6 778 913,00	6 914 309,00	6 622 876,57	-291 432,43	95,79%
Vendas e prestações de serviços	460 375,00	460 375,00	573 696,74	113 321,74	124,62%
Outras receitas	20,00	20,00	220,80	200,80	1104,00%
TOTAIS	8 722 353,00	8 857 749,00	8 799 616,89	-58 132,11	99,34%

As *receitas correntes* apresentaram uma taxa de execução (receita cobrada líquida) de 99 % (103 %, em 2018), representando a arrecadação de € **8.787.286**, representando um acréscimo de cerca de €

PRESTAÇÃO DE CONTAS 2019



420.543, relativamente ao ano anterior. A tabela que se segue apresenta a evolução sustentada deste tipo de receitas nos últimos 5 anos.

<i>Receitas correntes líquidas</i>	2015	2016	2017	2018	2019	<i>Variação</i>	
Imp. Diretos	678 681,81	699 388,04	744 902,63	922 022,17	878 277,94	-43 744,23	-5,87%
Imp. Indiretos	52 330,79	34 176,53	50 266,60	54 381,92	62 718,42	8 336,50	16,58%
Taxas, multas e O. P.	110 849,25	122 265,57	110 013,97	145 389,91	169 526,79	24 136,88	21,94%
Rend. Propriedade	488 797,82	463 794,57	550 618,04	479 306,35	483 482,01	4 175,66	0,76%
Transf. Correntes	6 043 040,74	6 098 706,23	6 243 086,67	6 250 845,36	6 622 876,57	372 031,21	5,96%
Vendas P. Serviços	402 682,26	420 216,03	418 684,68	509 458,37	570 183,20	60 724,83	14,50%
Outras receitas	261,25	1 684,75	4 335,12	5 338,54	220,80	-5 117,74	-118,05%
TOTAIS	7 776 643,92	7 840 231,72	8 121 907,71	8 366 742,62	8 787 285,73	420 543,11	5,18%

Os **Impostos diretos** registaram uma taxa de execução de 106 %, tendo todas as rubricas, à exceção do IMI, superado as previsões que suportaram a elaboração do orçamento da receita para o ano de 2019.

<i>Descrição</i>	<i>Previsão corrigida</i>	<i>Receita Cobrada líquida</i>	<i>Taxa de execução</i>
Impostos diretos	825 000,00	878 277,94	106,46%
IMI	511 000,00	503 835,87	98,60%
IUC	144 000,00	150 205,52	104,31%
IMT	132 000,00	200 128,32	151,61%
Derrama	38 000,00	24 108,23	63,44%

Ao nível dos **Impostos Indiretos** verifica-se uma taxa de execução de cerca 127 %, com relevância para a rubrica de **Saneamento** que superou a média dos últimos dois anos em mais de 100%.

<i>Descrição</i>	<i>Previsões Corrigidas</i>	<i>Receita Cobrada Líquida</i>	<i>Taxa de Execução</i>
Impostos Indiretos	49 260,00	62 718,42	127,32%
Mercados e Feiras	5 200,00	6 269,40	120,57%
Loteamento e Obras	6 600,00	7 488,75	113,47%
Ocupação de Via Pública	5,00		0,00%
Publicidade	50,00	387,00	774,00%
Saneamento	8 800,00	18 194,86	206,76%
Outros	28 605,00	30 378,41	106,20%

O capítulo da **Taxas, Multas e Outras Penalidades** apresenta uma taxa de execução de 130 % onde, ao nível das taxas, se destacam as rubricas de Saneamento e de Outras Taxas.

O capítulo das Multas e outras penalidades apresenta uma taxa de execução de 105 %.

<i>Descrição</i>	<i>Previsões Corrigidas</i>	<i>Receita Cobrada Líquida</i>	<i>Taxa de Execução</i>
Taxas, Multas e Outras Penalidades	130 430,00	169 526,79	129,98%

PRESTAÇÃO DE CONTAS 2019



Taxas	117 915,00	156 427,31	132,66%
Mercados e Feiras	150,00	183,04	122,03%
Loteamento e Obras	34 000,00	31 526,17	92,72%
Ocupação de Via Pública	4 000,00	4 481,38	112,03%
Caça, uso e porte arma	5,00		0,00%
Saneamento	26 000,00	44 345,78	170,56%
Outras Taxas	53 760,00	75 890,94	141,17%
Multas e Outras Penalidades	12 515,00	13 099,48	104,67%

Os **Rendimentos de propriedade** apresentam uma taxa de execução global de 101 %, onde apenas apresentou execução a rubrica de Rendas que superou em cerca de € 7.177 o valor inicialmente previsto para este tipo de receita.

<i>Descrição</i>	<i>Previsões Corrigidas</i>	<i>Receita Cobrada Líquida</i>	<i>Taxa de Execução</i>
Rendimentos de propriedade	478 355,00	483 482,01	101,07%
Juros - sociedades financeiras	50,00		0,00%
Dividendos e participações nos lucros de sociedades	2 000,00		0,00%
Rendas	476 305,00	483 482,01	101,51%

No que diz respeito ao capítulo das **Transferências Correntes** regista-se uma taxa de execução de **96 %**, desempenho que se fica a dever ao comportamento da rubrica de Participação Comunitária em Projetos Cofinanciados que apresenta uma taxa de execução de 30 %.

<i>Descrição</i>	<i>Previsões Corrigidas</i>	<i>Receita Cobrada Líquida</i>	<i>Taxa de Execução</i>
Transferências Correntes	6 914 309,00	6 622 876,57	95,79%
Administração Central	6 914 299,00	6 622 876,57	95,79%
Estado	6 278 740,00	6 344 677,51	101,05%
Fundo de Equilíbrio Financeiro	5 072 663,00	5 072 663,00	100,00%
Fundo Social Municipal	169 383,00	169 383,00	100,00%
Participação variável no IRS	124 440,00	124 440,00	100,00%
Outros	912 254,00	978 191,51	107,23%
Estado - participação comunitária em projetos cofinanciados	602 054,00	182 235,71	30,27%
Serviços e Fundos Autónomos	33 505,00	95 963,35	286,42%
Administração Local	5,00		0,00%
Famílias	5,00		0,00%

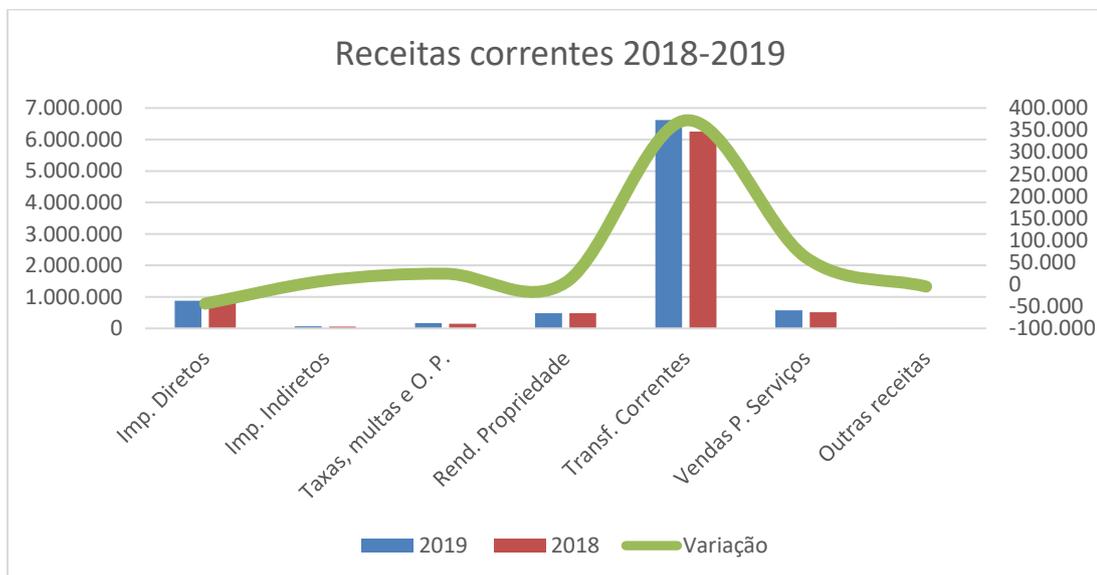
As rubricas correspondentes às transferências do Orçamento do Estado apresentam uma taxa de execução de 100 %, correspondendo ao cumprimento das regras orçamentais previstas no POCAL. A

rubrica de Serviços e Fundos Autónomos apresenta uma execução de 286 % que está relacionada com a arrecadação de receitas do Instituto de Emprego e Formação Profissional, no âmbito dos programas de Contrato de Emprego Inserção.

A taxa de execução da rubrica de Participação Comunitária em Projetos Cofinanciados está intimamente relacionada com a execução dos respetivos projetos, nomeadamente: *Planos Integrados de Combate ao Insucesso Escolar, Projeto Educativo PNP-GO e Controlo das Invasoras Lenhosas*, dos quais se encontram efetuados pedidos de pagamento no valor de € 35.356 e ainda não reembolsados pela Agência para o Desenvolvimento e Coesão, I.P.

As **Vendas de bens e Serviços correntes** apresentam uma taxa de execução de 124 %, em resultado do bom desempenho da rubrica de vendas de bens (140 %) e das Rendas que apresenta uma taxa de execução de 149 %.

Descrição	Previsões Corrigidas	Receita Cobrada Líquida	Taxa de Execução
Venda de bens e serviços correntes	460 375,00	570 183,20	123,85%
Venda de bens	125 015,00	175 821,10	140,64%
Serviços	211 360,00	208 998,11	98,88%
Rendas	124 000,00	185 363,99	149,49%



Resumidamente verifica-se, comparativamente com o ano de 2018, um aumento de cerca de € **420.543** na receita corrente cobrada líquida, o que corresponde a um aumento relativo de 5 %. Os capítulos que mais contribuíram para o aumento registado foram em termos relativos: **Taxas, Multas e Outras Penalidades**, que regista um aumento de 22 %, **Impostos indiretos**, com um aumento de 17 %, e de **Vendas e Prestação de Serviços** com um aumento de 15 %.

Receitas de Capital Brutas

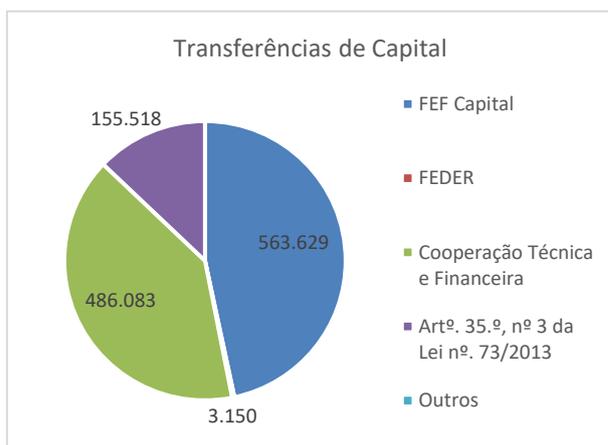
RECEITAS DE CAPITAL	Previsões Iniciais	Previsões corrigidas	Receita cobrada	Desvio	% Exec.
Venda de bens	86 020,00	86 020,00	8 437,50	-77 582,50	9,81%
Transferências de capital	3 974 631,00	3 513 474,00	1 208 380,23	-2 305 093,77	34,39%
Ativos Financeiros	5,00	5,00		-5,00	0,00%
Passivos Financeiros	147 605,00	920 637,00	98 000,00	-822 637,00	10,64%
O. receitas de capital	5,00	5,00		-5,00	0,00%
TOTAIS	4 208 266,00	4 520 141,00	1 314 817,73	-3 205 323,27	29,09%

As **Receitas de Capital** apresentam uma taxa de execução de 29 % correspondentes a € **1.314.818** arrecadados.

Da análise à tabela supra é possível concluir que no decurso do ano de 2019 não se verificou a alienação de participações financeiras (Ativos financeiros), tendo-se executado € 98.000 dos empréstimos de médio e longo prazos contratados (Passivos Financeiros).

Verificou-se a alienação de 3 viaturas, cujo estado de conservação aconselhava a sua inoperacionalidade.

No mais, a rubrica de transferências de capital que comporta as receitas provenientes do Orçamento do Estado, ou seja, o Fundo de Equilíbrio Financeiro, na sua vertente de capital, da Cooperação Técnica e Financeira e da Participação Comunitária em Projetos Cofinanciados, entre outras rubricas de reduzida expressão.

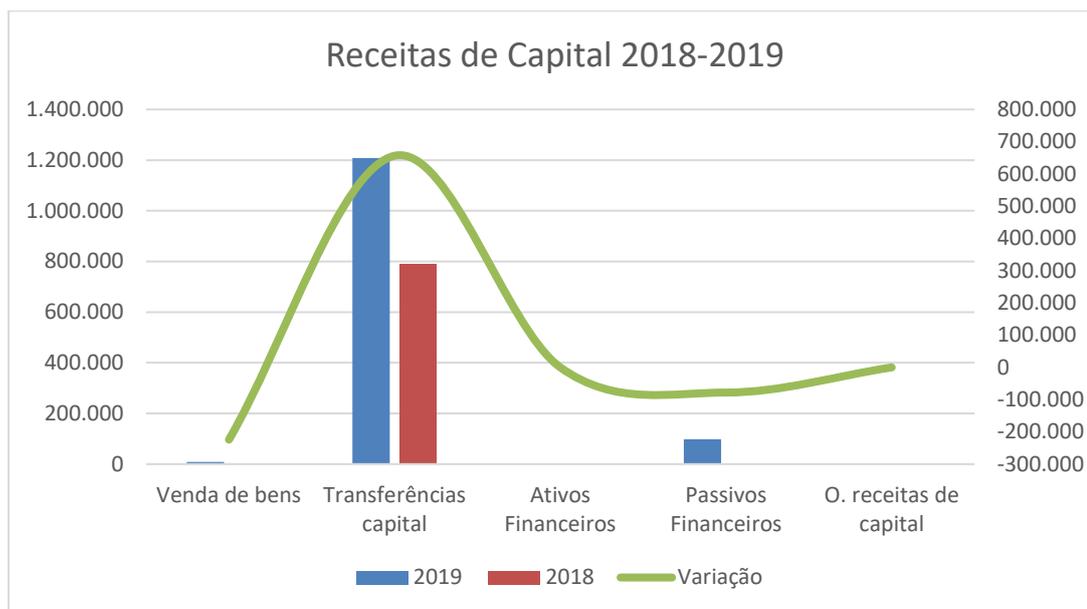


A rubrica do Fundo Equilíbrio Financeiro apresenta uma taxa de execução de 100 % e a de Cooperação Técnica e Financeira, apresenta uma taxa de execução de 81 %, correspondentes à arrecadação de € 486.083, previstos nos protocolos celebrados com o Fundo Ambiental e o ICNF para a requalificação do Caminho Florestal

Campo – Guarda/Bouça-da-Mó – Ponte da Albergaria e de Leonte à Portela do Homem.

Para o ano de 2019 surgiu uma nova rúbrica, proveniente do Orçamento do Estado, relacionada com o n.º 3, do artigo 35.º do RFALEI e que está relacionado com os aumentos máximos e mínimos que decorreram da distribuição dos restantes fundos do Orçamento do Estado. Esta rubrica apresentou uma execução de 100 %, correspondente a € 155.518 arrecadados.

O desempenho da rubrica de Participação Comunitária em Projetos Cofinanciados está associado à execução dos respetivos projetos, sendo certo que se encontram efetuados pedidos de pagamento e ainda não reembolsados no montante de € 720.768, o que elevaria a taxa de execução desta rubrica para os 33%, quando apresenta uma execução de 0,14%. A taxa de execução das receitas de capital ascenderia a 45% (apresenta 29%) e o total das receitas apresentariam uma taxa de execução de 79% (74%).

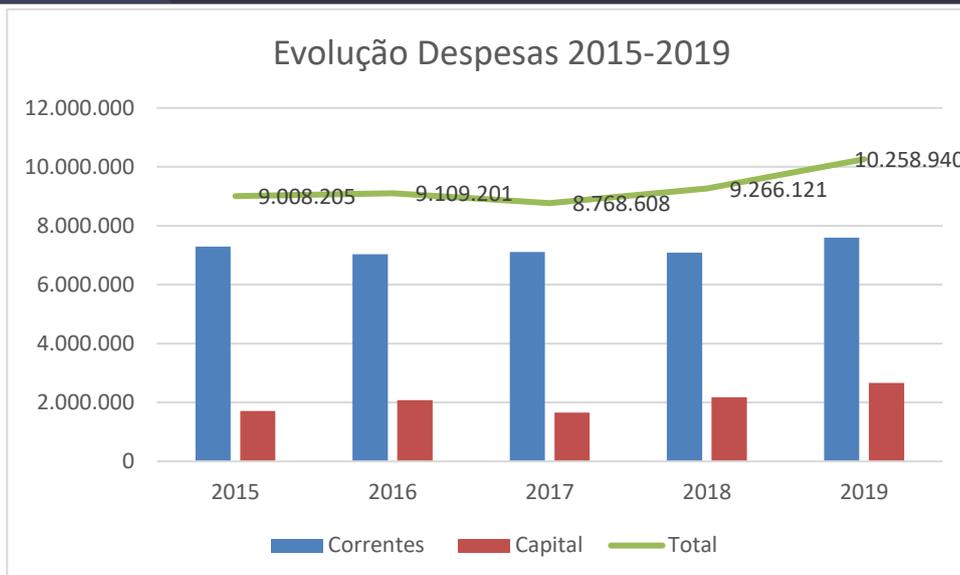


Despesas

Em 2019, a despesa paga ascendeu a € 10.258.940, da qual, € 7.596.642 respeitam a despesas de natureza corrente e € 2.662.299 a despesas de capital, tendo sido atingido um grau de execução de 93 % e 49 %, respetivamente. A despesa total apresenta uma execução de 75 %.

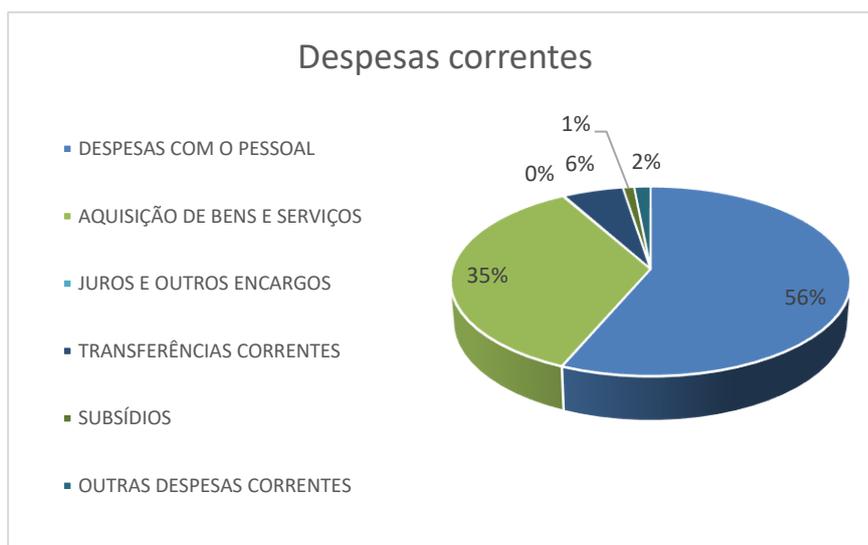
<i>Despesa</i>	<i>Dotações Iniciais</i>	<i>Dotações Corrigidas</i>	<i>Despesa paga</i>	<i>Desvio</i>	<i>% Exec.</i>
Corrente	7 957 100,00	8 195 958,00	7 596 641,57	599 316,43	92,69%
Capital	4 973 524,00	5 477 420,00	2 662 298,78	2 815 121,22	48,60%
TOTAL	12 930 624,00	13 673 378,00	10 258 940,35	3 414 437,65	75,03%

Em termos de evolução das despesas verifica-se um aumento, em relação ao ano de 2018, de € 504.561 nas despesas correntes e de € 488.259, nas despesas de capital. A conjugação destes dados representa um aumento do total das despesas pagas de € 992.820.



Despesas Correntes

A rubrica que mais onera o capítulo das despesas correntes é o das Despesas com o pessoal, representando cerca de 56 % das despesas correntes pagas. Este tipo de despesas aumentou, em relação ao ano anterior cerca de 7 %, essencialmente justificado



pelo descongelamento das carreiras da Administração Pública e da integração de precários no Mapa de Pessoal da autarquia, através do PREVPAP.

No capítulo das **Despesas com o Pessoal** verifica-se que o grosso das despesas é consumido pelas Remunerações Certas e Permanentes, seguido do subcapítulo da Segurança social.

Descrição	Dotação Corrigida	Despesas Pagas	% Exec.
Despesas com o pessoal	4 300 996,71	4 286 765,19	99,67%
Remunerações certas e permanentes	3 279 145,00	3 270 008,24	99,72%

PRESTAÇÃO DE CONTAS 2019



Abonos variáveis ou eventuais	118 057,00	113 102,36	95,80%
Segurança social	903 794,71	903 654,59	99,98%

No que respeita às **Aquisições de Bens e Serviços correntes**, cuja despesa paga se fixou nos € 2.687.032, verifica-se uma taxa de execução de 83 %, correspondendo a 35 % das despesas correntes.

Descrição	Dotação Corrigida	Despesas Pagas	% Exec.
Aquisição de bens e serviços	3 251 519,29	2 687 031,78	82,64%
Aquisição de bens	648 217,79	531 415,83	81,98%
Aquisição de serviços	2 603 301,50	2 155 615,95	82,80%

Este tipo de despesa apresenta um aumento, em comparação com o ano de 2018, de cerca de 8 %, correspondentes a um aumento bruto de € 200.854.

A aquisição de bens apresenta um acréscimo de 19 %, enquanto a rubrica de aquisição de serviços apresenta um decréscimo de 6 %.

Ao nível dos **Juros e Outros Encargos** regista-se uma taxa de execução de 90 % correspondentes a € 9.845 de despesa paga.

Descrição	Dotação Corrigida	Despesas Pagas	% Exec.
Juros e outros encargos	10 992,00	9 845,43	89,57%
Juros da dívida pública	9 381,00	9 330,61	99,46%
O. Encargos da dívida	1,00		0,00%
Outros juros	1610	514,82	31,98%

No capítulo das **Transferências correntes**, verificou-se um total de despesa paga de € 420.577, correspondentes a uma execução de 97 % dos recursos orçamentados.

Descrição	Dotação Corrigida	Despesas Pagas	% Exec.
Transferências correntes	433 593,00	420 577,07	97,00%
Administração central	1,00		0,00%
Administração local	40 461,00	40 068,11	99,03%
Instituições sem fins lucrativos	253 695,00	247 234,30	97,45%
Famílias	139 436,00	133 274,66	95,58%

Neste capítulo da despesa municipal são registadas as transferências correntes para as Juntas de Freguesia, quer por via de delegação de competências em matérias de natureza corrente, quer ao nível de outros apoios para a sua atividade corrente; os apoios às associações culturais, desportivas e recreativas, numa perspetiva de promoção do desporto, da cultura e dos usos e costumes; e os apoios

sociais concedidos às famílias no âmbito, por exemplo, do incentivo à natalidade, do apoio aos estudantes do ensino superior, etc.

Este capítulo apresenta um aumento de cerca de 6 % relativamente ao verificado em 2018.

Ao nível dos **Subsídios**, onde são registadas as despesas associadas aos programas do Instituto de Emprego e Formação Profissional, verifica-se uma taxa de execução de 100 %.

<i>Descrição</i>	<i>Dotação Corrigida</i>	<i>Despesas Pagas</i>	<i>% Exec.</i>
Subsídios	78 400,00	78 337,81	99,92%
Famílias	78 400,00	78 337,81	99,92%

Este capítulo apresenta um decréscimo de cerca de 14 %, relativamente ao mesmo tipo de despesas em 2018.

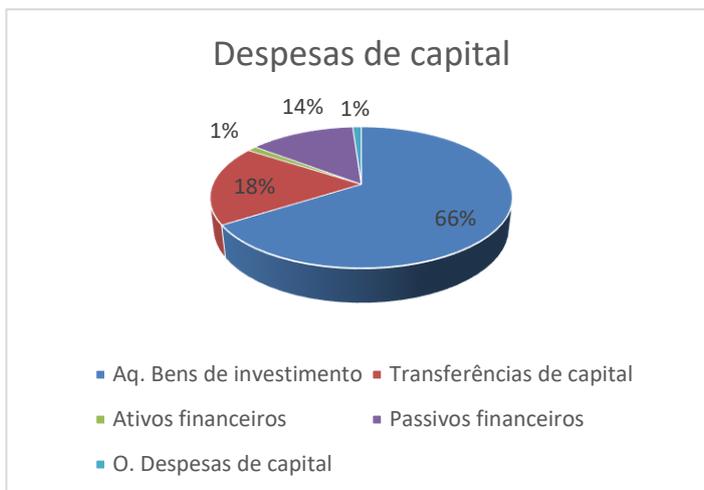
No capítulo das **Outras Despesas** regista-se uma taxa de execução de 95 % correspondentes a € 114.084 de despesa paga. É através deste capítulo da despesa que se procede ao pagamento de restituições, do IVA a pagar, de serviços bancários, entre outras despesas.

<i>Descrição</i>	<i>Dotação Corrigida</i>	<i>Despesas Pagas</i>	<i>% Exec.</i>
Outras despesas correntes	120 457,00	114 084,29	94,71%
Impostos e taxas pagas pela autarquia	42 850,00	39 087,18	91,22%
Restituições de impostos e taxas cobradas	8 037,00	7 392,64	91,98%
Restituições	5 370,00	5 119,44	95,33%
IVA	33 000,00	32 722,60	99,16%
Serviços Bancários	1 000,00	582,37	58,24%
Outras	30 200,00	29 180,06	96,62%

Despesas de Capital

Ao nível das despesas de capital, verifica-se uma taxa de execução global de 49 % correspondentes a € 2.662.299, de despesa paga.

A rubrica com maior peso nas despesas de capital é a de *Aquisição de Bens de Investimento* que representa 66 % deste tipo de despesas seguido da rubrica de Transferências de Capital, com 18 % e dos Passivos Financeiros, com 14 %.



Ao nível da Aquisição de Bens de Investimento verifica-se uma taxa de execução de 39 %, relativamente às despesas orçamentadas.

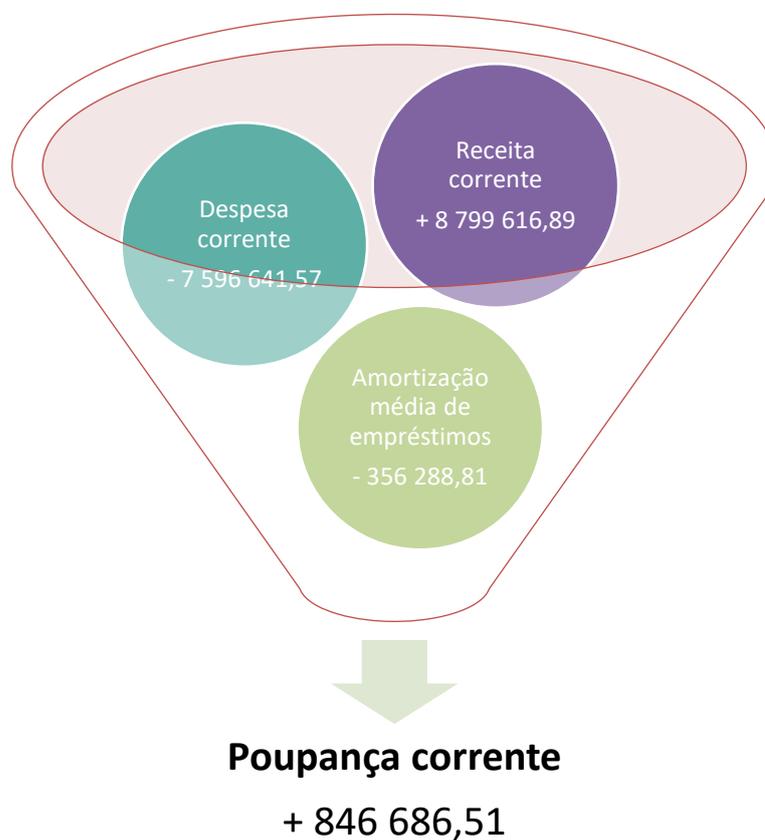
Descrição	Dotação Corrigida	Despesas Pagas	% Exec.
Aquisição de bens de capital	4 549 107,00	1 755 832,44	38,60%
Investimentos	988 105,45	432 518,31	43,77%
Terrenos	10,00		0,00%
Habitacões	100,00		0,00%
Edifícios	89 028,45	28 554,70	32,07%
Construções diversas	170 207,00	3 745,42	2,20%
Material de transportes	324 430,00	156 018,86	48,09%
Equipamento de informática	39 235,00	28 254,06	72,01%
Software informático	162 800,00	82 870,29	50,90%
Equipamento administrativo	3 490,00	2 651,80	75,98%
Equipamento básico	198 805,00	130 423,18	65,60%
Bens de domínio público	3 561 001,55	1 323 314,13	37,16%
Terrenos e recursos naturais	10 858,00	3 608,00	33,23%
Edifícios	71 990,00	64 127,20	89,08%
Outras construções e infraestruturas	3 477 953,55	1 255 578,93	36,10%
Viadutos, arruamentos e o. complementares	885 831,45	266 119,85	30,04%
Sistemas de drenagem de águas residuais	102 370,00	51 602,76	50,41%
Iluminação pública	20 000,00	18 413,50	92,07%
Parques e jardins	721 638,10	79 093,40	10,96%
Instalações desportivas e recreativas	493 727,00	132 265,48	26,79%
Captação, tratamento e distribuição de água	116 585,00	87 806,81	75,32%
Viação rural	1 132 102,00	616 083,07	54,42%
Sinalização e trânsito	5 000,00	4 194,06	83,88%
Cemitérios	700,00		0,00%
Bens de património histórico, artístico e cultural	200,00		0,00%

Equilíbrio corrente

O artigo 40.º do Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais (RFALEI), aprovado pela Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, na sua atual redação, dispõe que para verificação do Equilíbrio Orçamental “a receita corrente bruta cobrada deve ser pelo menos igual à despesa corrente acrescida das amortizações médias de empréstimos de médio e longo prazos.”

Por seu turno a atual redação do n.º 4, do artigo 40.º, do RFALEI, refere que se consideram amortizações médias de empréstimos de médio e longo prazos o montante correspondente à divisão do capital utilizado pelo número de anos do contrato, independentemente do seu pagamento efetivo.

Em face destas disposições legais em 2019, registou-se um superavit corrente de € **846.687** conforme documenta o diagrama seguinte.



Evolução da situação económica e financeira

Ao longo deste capítulo será analisada a situação económico-financeira do Município, quer através da sua situação patrimonial em 31 de dezembro de 2019, quer através da análise dos fatores que condicionaram o Resultado Líquido.

Proveitos

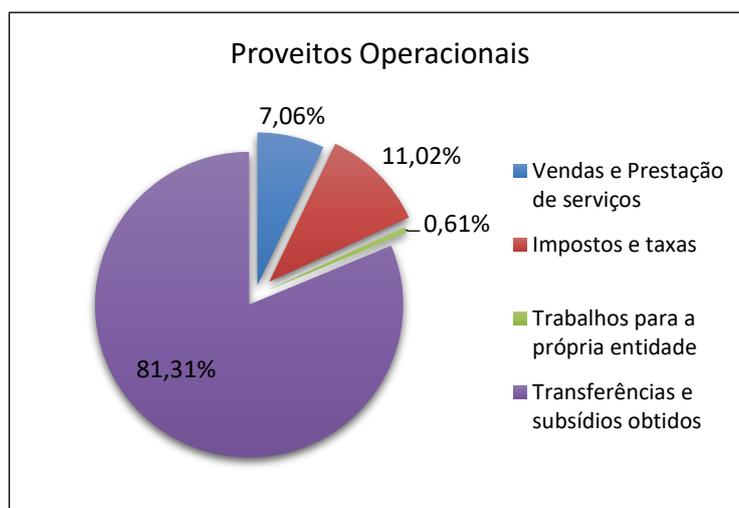
Proveitos Operacionais

Os **Proveitos Operacionais**, que dizem respeito à atividade corrente do Município, fixaram-se em € 8.977.189,95, distribuídos da seguinte forma:

Vendas e Prestação de serviços	633 565,99
Impostos e taxas	989 364,65
Trabalhos para a própria entidade	54 967,10
Transferências e subsídios obtidos	7 299 292,21

Dos dados apresentados resulta que o valor que mais contribuiu para o montante de proveitos operacionais foi o das transferências e subsídios obtidos, representando 81 % deste tipo de proveitos, logo seguido do capítulo dos impostos e taxas que representam cerca de 11 %.

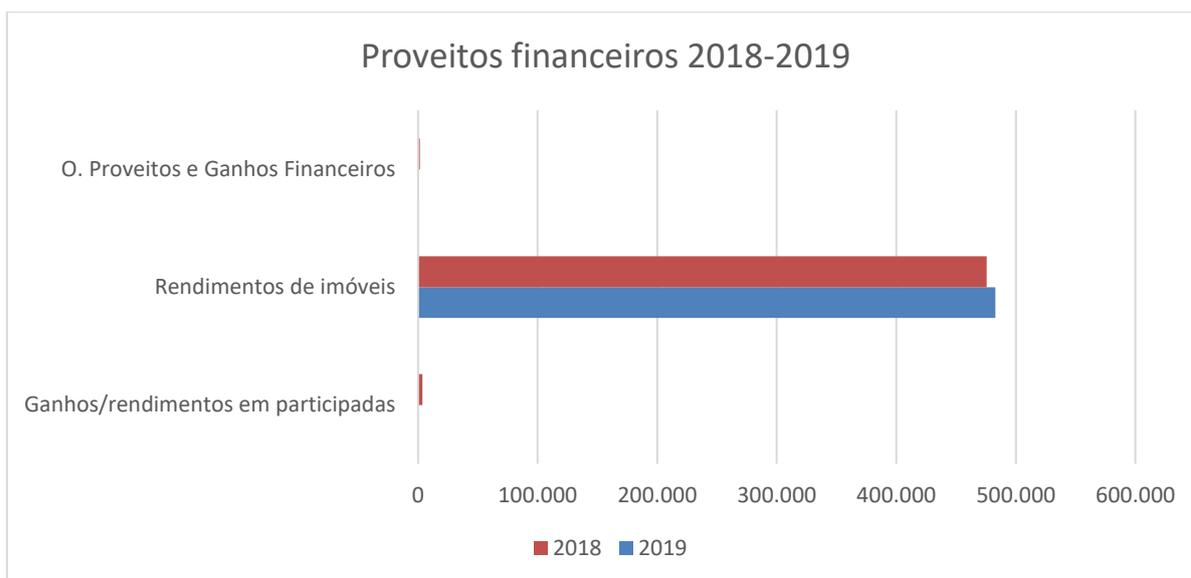
Relativamente ao ano de 2018, verifica-se um aumento dos proveitos operacionais de cerca de € 581.748, com destaque para o capítulo das Vendas e Prestações de Serviços que apresentam um aumento de 31 %.



Proveitos Financeiros

O valor total de **Proveitos e Ganhos Financeiros** ascenderam a € 483.021, que representa um aumento de cerca de 0,48 % comparativamente com o ano de 2018 e encontram-se assim repartidos:

- Rendimentos de Imóveis: 482.981;
- Outros proveitos e ganhos financeiros: 40.



No decurso do ano de 2019 não se verificou qualquer distribuição de rendimentos pelas entidades participadas.

Proveitos Extraordinários

Por fim, o montante de Proveitos e Ganhos Extraordinários ascendeu a € 536.162, representando um aumento de cerca de 1 % comparativamente com o ano de 2018. Os proveitos e Ganhos Extraordinários apresentaram a seguinte composição:

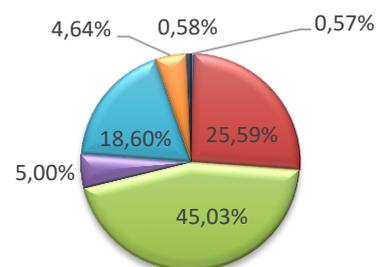


Custos

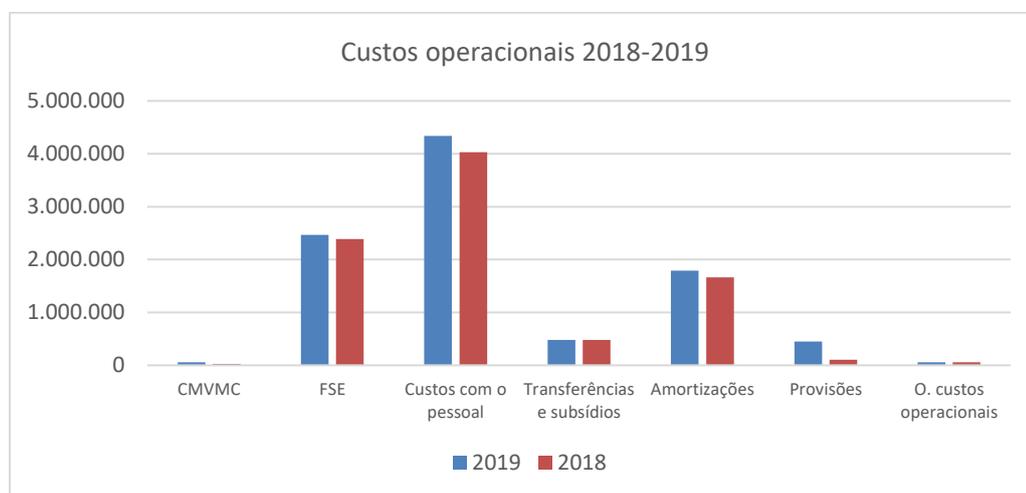
Custos Operacionais

Os **Custos e Perdas Operacionais** totalizaram € 9.630.587, o que representa um aumento de cerca de 10 %, comparativamente com o ano de 2018, encontrando-se assim repartidos:

CMVMC	54 967,10
FSE	2 464 535,92
Custos com o pessoal	4 336 237,01
Transferências e subsídios	481 260,07
Amortizações	1 790 854,48
Provisões	447 191,42
O. custos operacionais	55 541,45



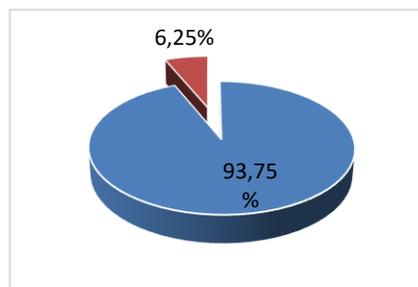
As rubricas que mais contribuem para o aumento verificado neste tipo de custos são os Custos com o pessoal, por força do descongelamento das carreiras da Administração Pública e da integração de trabalhadores através do PREVPAP, as Provisões e as amortizações do exercício, com aumentos de 8%, 334% e 7%, respetivamente.



Custos Financeiros

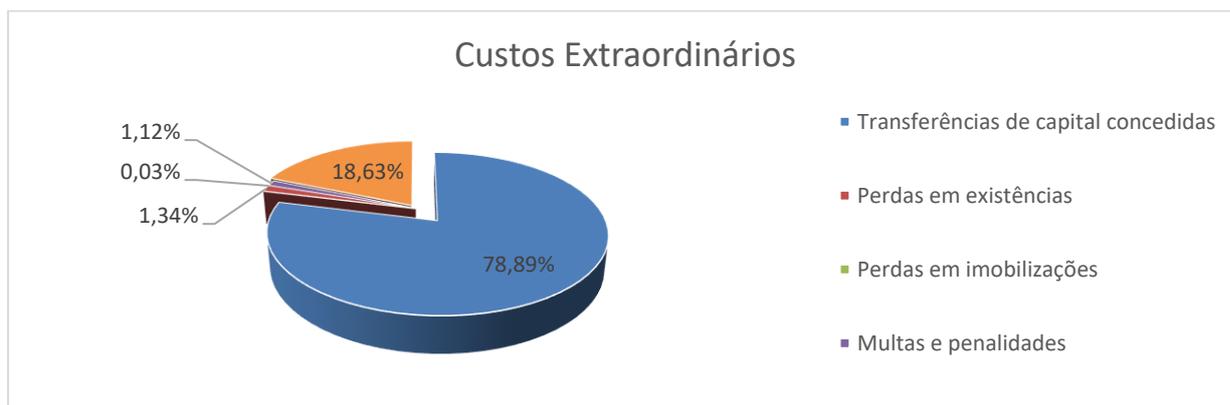
Os **Custos e Perdas Financeiros** atingiram o valor de € 9.885, representando um decréscimo de cerca de 19 % relativamente ao ano de 2018. Os custos e perdas financeiras encontram-se assim distribuídos:

O. custos e perdas financeiras	617
Juros suportados	9.267



Custos Extraordinários

Os Custos e Perdas Extraordinários totalizaram no exercício de 2019 o valor de € 614.899, o que representa um aumento de cerca de 53%, comparativamente com o ano de 2018. As *transferências de capital concedidas* representam cerca de 79% do total dos custos extraordinários.



Componente Financeira

Ativo

O Ativo Líquido do Município ascendeu, no final de 2019, a € 63.602.890, o que representa um aumento, relativamente ao ano anterior, de cerca de 0,35 %.

Composição do Ativo Líquido

ATIVO	Ano	
	2019	2018
IMOBILIZADO		
Bens de Domínio Público	39.922.362	39.793.261
Imobilizações corpóreas	21.067.240	21.154.570
Investimentos financeiros	583.266	583.266
CIRCULANTE		
Existências	25.287	52.151
Dívidas de terceiros - curto prazo	815.802	493.358
Depósitos bancários e caixa	289.077	405.992
ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS	899.856	900.753
TOTAL DO ATIVO LÍQUIDO	63.602.890	63.383.352

Fundos Próprios

O total de Fundos Próprios é constituído por € 51.735.232, dos quais € 47.260.551 são relativos a Património, € 509.728 referentes a Reservas e € 4.223.951 a Resultados Transitados. A diferença para o total dos Fundos Próprios resulta do **Resultado Líquido do Exercício** no valor negativo de € 258.998.

Composição dos Fundos Próprios

FUNDOS PRÓPRIOS	Ano	
	2019	2018
Património	47.260.551	47.260.551
Reservas legais	509.728	497.403
Resultados transitados	4.223.951	3.989.786
Resultado líquido em exercício	- 258.998	246.490
TOTAL DE FUNDOS PRÓPRIOS	51.735.232	51.994.230

Passivo

<i>Passivo</i>	Composição do Passivo	
	Ano	
	2019	2018
Provisões para riscos e encargos	455.598	102.957
Dívidas a terceiros		
Médio e longo prazos		
Empréstimos de médio e longo prazos	1.828.522	2.085.855
Outros credores	14.939	40.133
Curto Prazo		
Empréstimos de curto prazo	357.570	352.211
Fornecedores c/c	13.115	54.408
Fornecedores de imobilizado c/c	6.006	
Estado e outros entes públicos	11.742	4.580
Outros credores	28.419	74.406
Garantias e Cauções	129.299	110.450
Acréscimos e diferimentos	9.022.447	8.564.122
Total do Passivo	11.867.658	11.389.122

O Passivo do Município de Terras de Bouro situava-se, em 31 de dezembro, nos € 11.867.658, o que representa um aumento de aproximadamente 0,4 % relativamente ao ano de 2018.

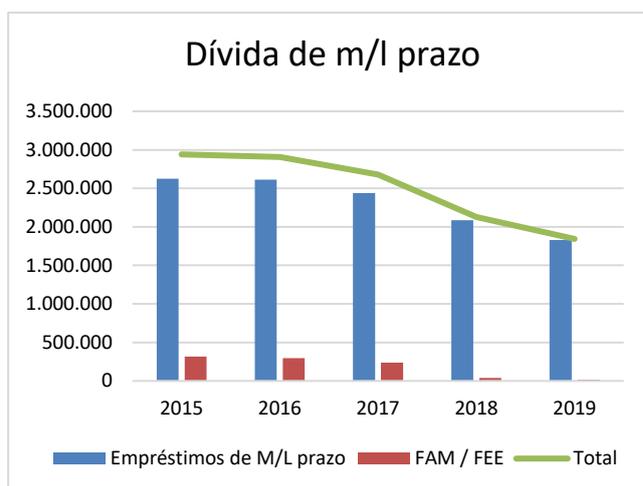
Este aumento é justificado, designadamente pelo aumento verificado nas contas de provisões para riscos e encargos e de Acréscimos e Deferimentos.

Evolução da dívida municipal

Em 31 de dezembro de 2019, as **dívidas de curto prazo** (excluindo não orçamentais) do Município apresentavam um saldo de € 416.852, verificando-se, assim, um decréscimo relativamente a 2018, de cerca de € 68.752, a que corresponde uma redução de cerca de 14%.

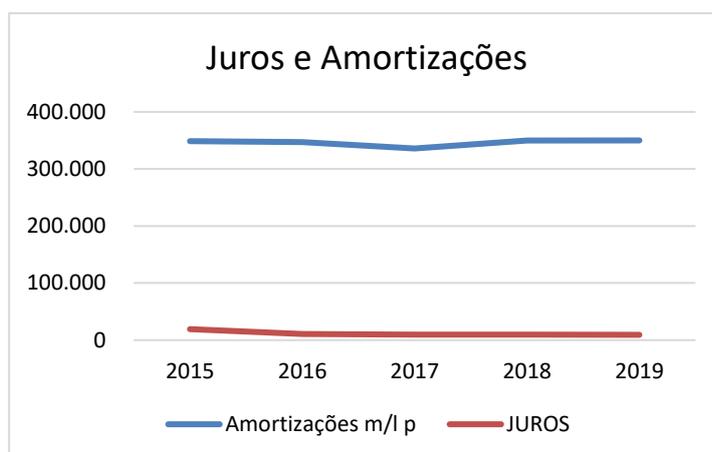


A **dívida de médio e longo prazos** reduziu, comparativamente com o ano de 2018, cerca de 13%



correspondentes a um decréscimo de € 282.527. Para este decréscimo contribuiu a amortização anual de empréstimos de médio e longo prazo (€ 349.973), a amortização do Fundo de Eficiência Energética (FEE) (€ 9.435) e a realização do capital em dívida do Fundo de Apoio Municipal (FAM), (€ 15.759). Verificou-se ainda a utilização de € 98.000 dos empréstimos de médio e longo prazo contratados ao longo do ano.

No que toca ao montante suportado com juros de empréstimos verifica-se um ligeiro decréscimo do valor suportado (€ 534) correspondentes a cerca de 5 %, em comparação com o ano de 2018, enquanto as amortizações apresentam um aumento inferior a 1 %.



Limite da dívida total

Nos termos do artigo 52.º, do Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais (RFALEI), aprovado pela Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, na sua atual redação, a dívida total de operações orçamentais do município não pode ultrapassar, em 31 de dezembro de cada ano, 1,5 vezes a média da receita corrente líquida cobrada nos três exercícios anteriores. A dívida total de operações orçamentais do município engloba os empréstimos, os contratos de locação financeira e quaisquer outras formas de endividamento, por iniciativa dos municípios, junto de instituições financeiras, bem como todos os restantes débitos a terceiros decorrentes de operações orçamentais.

Não releva para a Dívida Total, apesar de configurar uma operação orçamental, os montantes referentes à realização do FAM que, em 31 de dezembro, apresentava um saldo de € 15.579, bem como o relativo à devolução das poupanças líquidas da energia ao FEE no montante de € 24.374.

<i>Enquadramento</i>	<i>Valores</i>
Receita corrente líquida cobrada - 2016	7.840.229,46
Receita corrente líquida cobrada - 2017	8.121.907,71
Receita corrente líquida cobrada - 2018	8.366.742,62
(a) Média da Receita Corrente dos últimos 3 exercícios	8.109.626,60
(b) Limite da Dívida Total – 1,5 x (a)	12.164.439,90

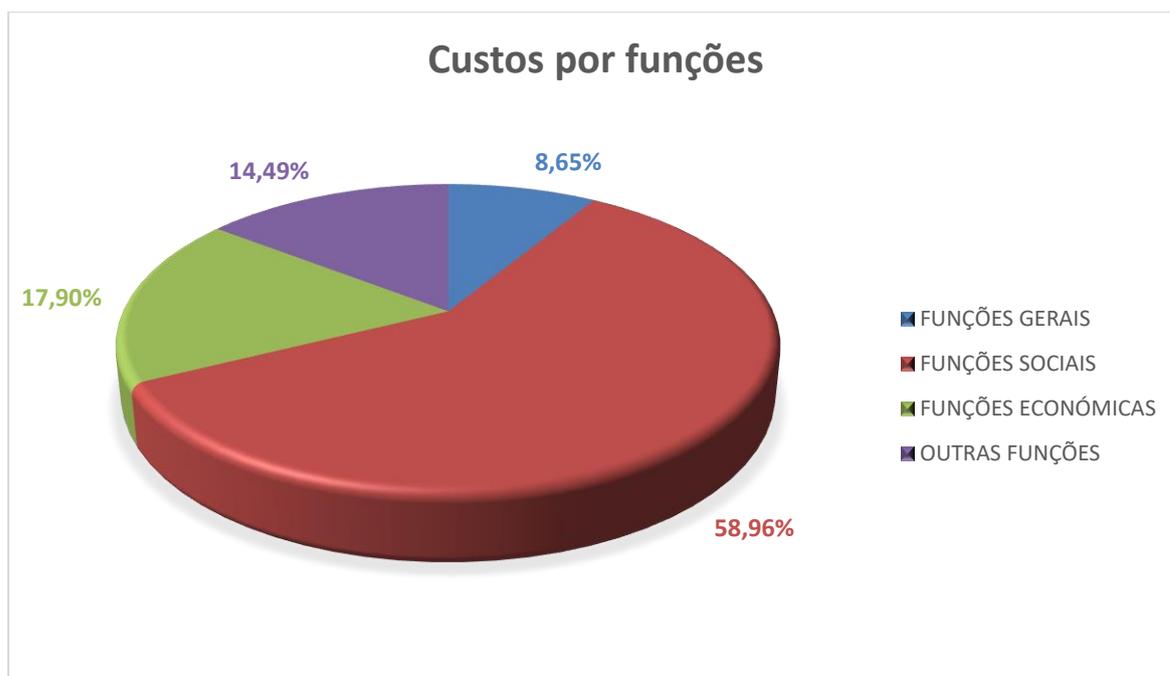
<i>Aferição da dívida</i>	<i>01-01-2019</i>	<i>31-12-2019</i>
Total da Dívida a terceiros (incluindo não orçamentais)	2.722.042,95	2.389.612,36
Contributo (SM + AM + SEL + entidades participadas)	5.925,29	5.268,89
Dívida Total	2.727.968,24	2.394.881,25
Dívida FAM	47.277,00	15.759,00
Dívida FEE	33.809,18	24.374,16
Dívida não orçamental	111.508,69	129.423,65
Dívida Total (excluindo não orçamentais, FAM e FEE)	2.536.373,37	2.225.324,44
Margem de endividamento	9.628.066,53	9.939.115,46
Margem disponível	1.925.613,31	1.987.823,09

Da análise aos mapas que antecedem verifica-se um acentuado decréscimo da dívida total que ultrapassa os 12 %.

O valor correspondente à contribuição do Setor Empresarial Local para o endividamento do município, foi o valor comunicado pelas empresas no portal da DGAL.

Distribuição de custos por funções

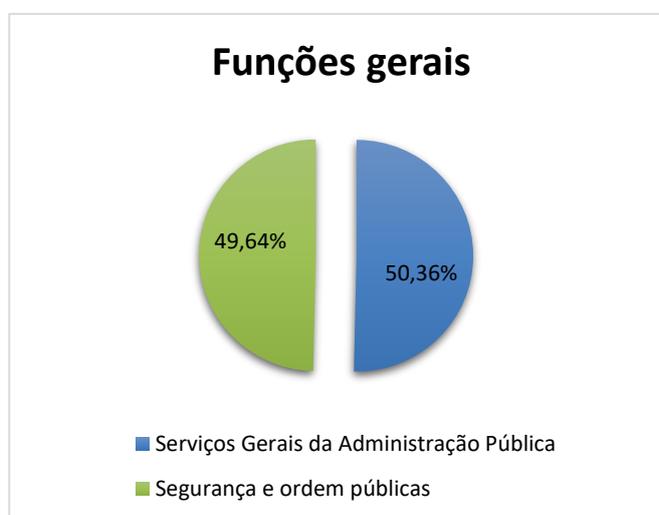
O Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais prevê no seu ponto 2.8.3 a existência de uma contabilidade de custos que sirva de base ao apuramento dos custos das funções e dos custos subjacentes à fixação de tarifas e preços de bens e serviços.



Do sistema de contabilidade de custos implementado na autarquia é possível aferir que, no exercício de 2019, a maior parte dos custos, com cerca de 59% (77%, em 2018), continuam a corresponder ao cumprimento das funções sociais da autarquia.

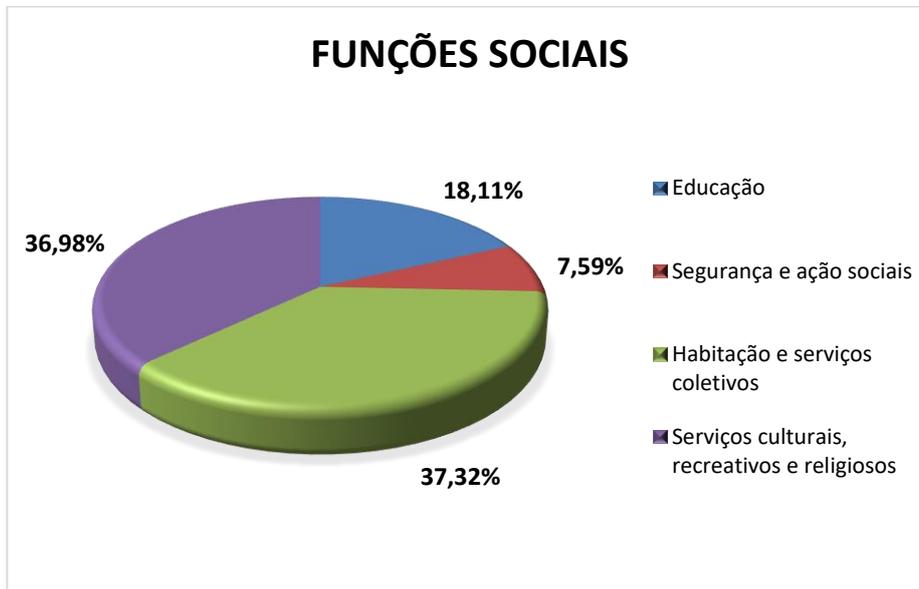
As Funções Económicas representam cerca de 18%, as Outras Funções cerca de 14% e as Funções Gerais ascendem a cerca de 9%.

Ao nível das funções gerais podemos verificar da análise ao gráfico, ao lado, que os custos se encontram repartidos entre serviços gerais da administração e a segurança e ordem públicas.

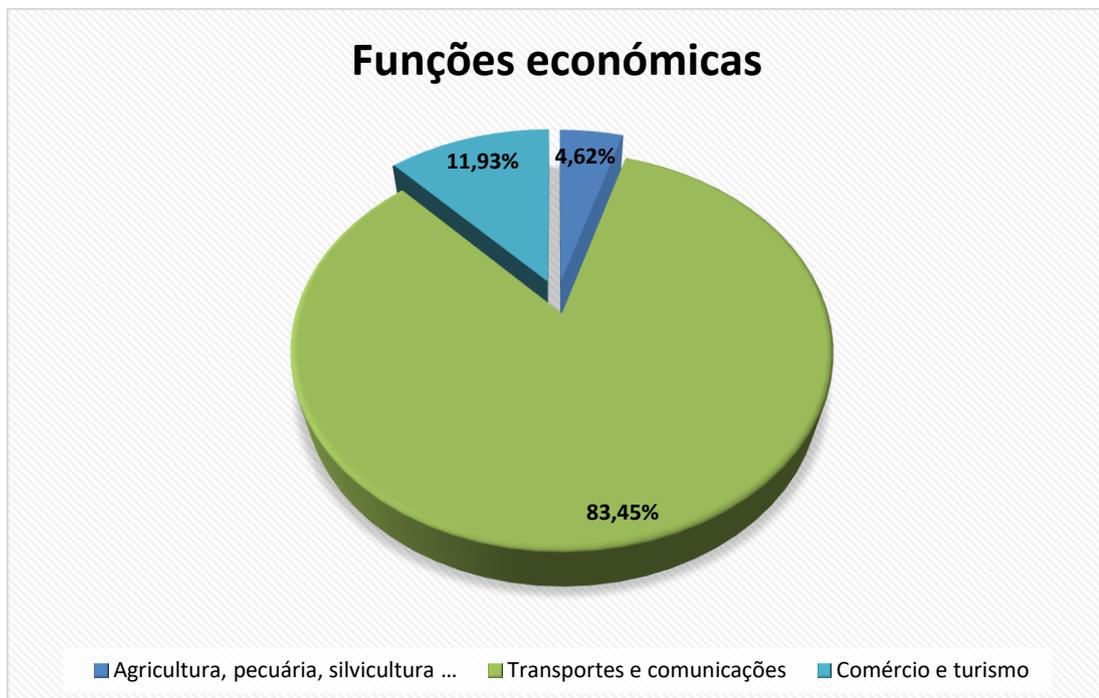


No que diz respeito às funções sociais, as que absorveram a maior fatia deste tipo de custos foi a de Habitação e serviços coletivos e a

da Serviços culturais, recreativos e religiosos, com cerca de 37%, cada. Seguem-se a função Educação com 18% e a Segurança e ação sociais com cerca de 8%.



Em relação às funções económicas, o setor dos transportes e comunicações é aquele que absorve a maior parte dos custos, com cerca de 83%, seguido, do comércio e turismo, com 12% e da Agricultura, pecuária, silvicultura, caça e pesca com 5%.



RECURSOS HUMANOS

Organização Municipal

A organização do Município de Terras de Bouro assenta em duas estruturas fundamentais: a estrutura política, que é constituída pelo corpo executivo e pelo corpo deliberativo e a administrativa, na qual se enquadram os serviços municipais e o mapa de pessoal.

Estrutura Política

Nos termos do disposto no n.º 2, do artigo 5.º, da Lei n.º 75/2013, de 13 de setembro, os órgãos representativos do município são a assembleia municipal e a câmara municipal.

O corpo executivo é constituído pelo conjunto de elementos que, por via da delegação de competências (da Câmara Municipal no seu presidente e deste nos seus vereadores), se encontra investido de responsabilidades na área da gestão, tendo a seu cargo a supervisão direta das atividades desenvolvidas pela estrutura administrativa.

O atual executivo tomou posse em 20 de outubro de 2017, sendo constituído pelo presidente, Manuel João Sampaio Tibo, e por quatro vereadores, dois dos quais, Adelino da Silva Cunha e Ana Genoveva Silva Araújo, exercem o mandato em regime de tempo inteiro.



Encontra-se constituído o Gabinete de Apoio à Presidência, dotado com um Chefe de Gabinete e um Adjunto, nos termos do n.º 1, do artigo 42.º da Lei n.º 75/2013, de 13 de setembro, conjugado com o n.º 4 do mesmo artigo.

Estrutura Administrativa

No que concerne à estrutura administrativa, o Município não dispõe de Serviços Municipalizados, nem de Empresas Municipais.

Dando cumprimento ao disposto na Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto, que procede à adaptação à administração local da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, na sua atual redação, que aprova o estatuto do pessoal dirigente dos serviços e organismos da administração central, regional e local do Estado, conjugada com o Decreto-Lei n.º 305/2009, de 23 de outubro, foi publicado no Diário da República (2.ª Série), n.º 7, de 10 de janeiro, sob o Despacho n.º 682/2013, a Estrutura Orgânica Flexível da Câmara Municipal de Terras de Bouro, alterada por despacho de 27 de dezembro de 2017, publicado no Diário da República (2.ª série), n.º 18, de 12 de janeiro, sob o Despacho n.º 637/2018, pelo que prevê a existência de quatro unidades orgânicas flexíveis e catorze subunidades orgânicas flexíveis.

Regime Jurídico de Emprego Público

Em conjunto com os Documentos Previsionais para o ano de 2019, a Assembleia Municipal aprovou, em sessão ordinária de 30/11/2018, o Mapa de Pessoal da Câmara Municipal para o ano de 2019, que se caracterizava, resumidamente, pelo contingente previsto na tabela que se segue:

<i>Cargo/carreira</i>	<i>Postos de trabalho</i>		
	Tempo Indeterminado		
	Ocupados	Vagos	Total
Dirigente Intermédio	4		4
Técnico Superior	34	9	43
Assistente Técnico	45	10	55
Assistente Operacional	93	24	117
Auxiliar	1		1
Fiscal Municipal	2	1	3
Informática	7		7
Total	186	44	230

A 31 de dezembro de 2019, o total de trabalhadores ao serviço do Município de Terras de Bouro era de 205, sendo a relação jurídica de emprego público constituída na sua totalidade por contratos de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado.

A execução do Mapa de Pessoal originou, no âmbito da conclusão do Programa de Regularização Extraordinária de Vínculos Precários na Administração Pública (PREVPAP) a contratação, de 3 assistentes técnicos e 16 assistentes operacionais.

Por outro lado, verificou-se a cessação da relação jurídica de emprego público de 7 trabalhadores: 4 trabalhadores por aposentação, 1 por falecimento, 1 por rescisão do contrato e 1 por transferência para órgão da administração central.

O Mapa de Pessoal para 2019 apresentava em 31/12/2019 a seguinte configuração:

<i>Cargo/carreira</i>	<i>Postos de trabalho</i>		
	<i>Tempo Indeterminado</i>		
	Ocupados	Vagos	Total
Dirigente Intermédio	4		4
Técnico Superior	37	6	43
Assistente Técnico	49	6	55
Assistente Operacional	105	12	117
Auxiliar	1		1
Fiscal Municipal	2	1	3
Informática	7		7
Total	205	25	230

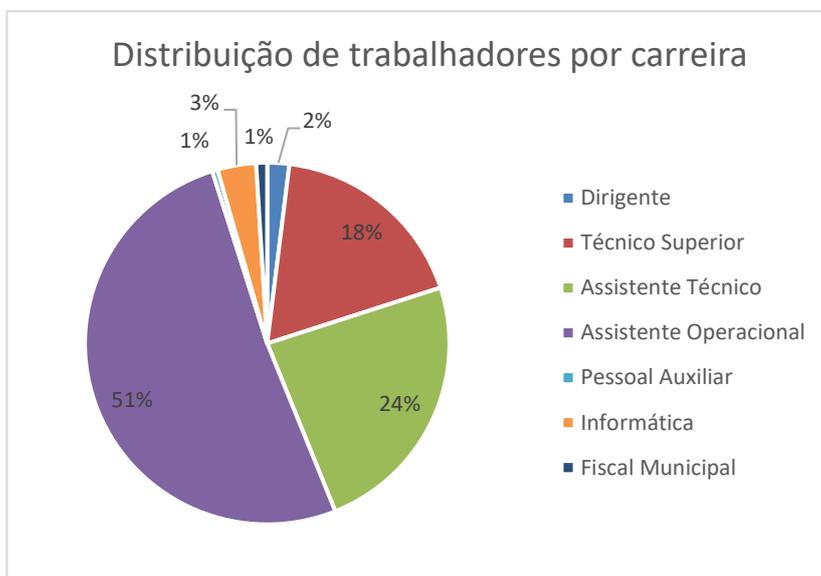
Dos lugares vagos apresentados existem seis postos de trabalho da carreira de técnico superior que se referem a postos de trabalho cujos titulares se encontram a exercer outras funções, seja em comissão de serviço ou em licença sem remuneração, um posto de trabalho de fiscal municipal que se encontra em mobilidade interna e um posto de trabalho de assistente operacional que se encontra em licença sem remuneração, conforme se pode confirmar pela tabela que se segue:

<i>Trabalhadores em Regime de contrato de trabalho por tempo indeterminado:</i>	213
Trabalhador em comissão de serviço (Dirigentes):	(4)
Trabalhador em comissão extraordinária de serviço (eleito local):	(1)
Trabalhador em mobilidade interna:	(1)
Trabalhador em licença sem remuneração:	(2)
Total de trabalhadores:	205

Distribuição de trabalhadores por carreira

A carreira que continua a concentrar mais trabalhadores é a de Assistente Operacional com 105 postos de trabalho ocupados no Mapa de Pessoal de 2019, representando 51 % do total dos trabalhadores.

Em seguida surgem as carreiras de Assistente Técnico e de Técnico Superior com 24 % e 18 %, respetivamente.

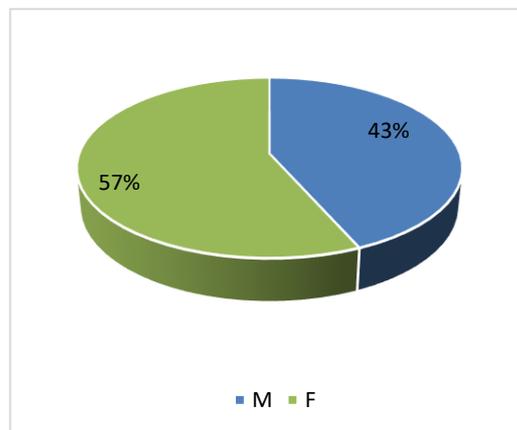


Em termos evolutivos o Mapa de Pessoal apresentava, em 31 de dezembro, o seguinte contingente:

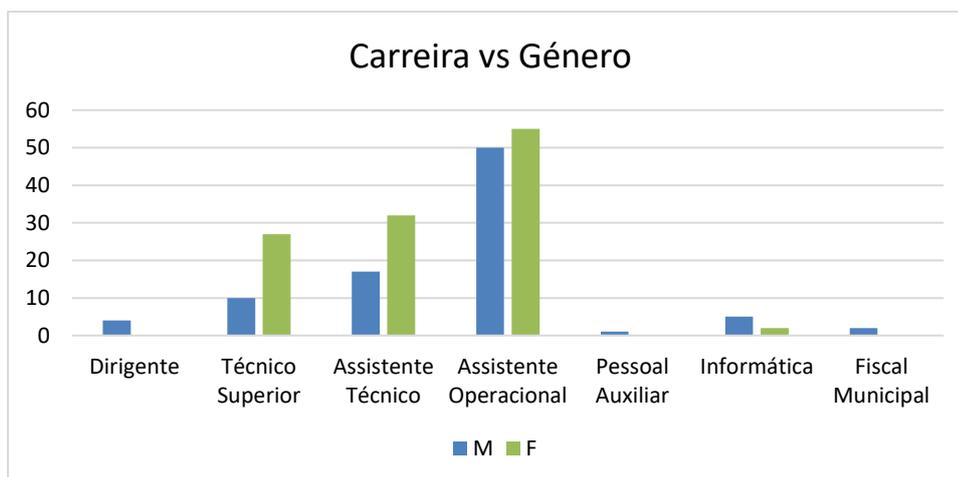
Carreira	2015	2016	2017	2018	2019
Dirigente	4	4	4	4	4
Técnico Superior	42	42	41	43	43
Assistente Técnico	44	44	44	47	49
Assistente Operacional	101	98	97	96	106
Pessoal Auxiliar	1	1	1	1	1
Informática	7	7	7	7	7
Fiscal Municipal	3	3	3	3	3
Total de postos de trabalho ocupados no mapa de pessoal	202	199	197	201	213
Em comissão de serviço (dirigentes)	4	4	4	4	4
Em mobilidade interna	1	1	0	1	1
Em comissão extraordinária de serviço (eleito local)	1	1	1	1	1
Em mobilidade para serviço da Administração Central	1	1	0	0	0
Em mobilidade para Órgão da Administração Local	1	1	1	0	0
Em licença sem remuneração	1	1	2	2	2
Total efetivo de trabalhadores	193	190	189	193	205

Distribuição de trabalhadores por género

O universo dos trabalhadores do município é representado maioritariamente por trabalhadores do género feminino (116), que representam 57 % da totalidade dos trabalhadores, ao passo que os trabalhadores do género masculino (89), que representam cerca de 43 % do universo dos trabalhadores em exercício de funções no Município de Terras de Bouro.

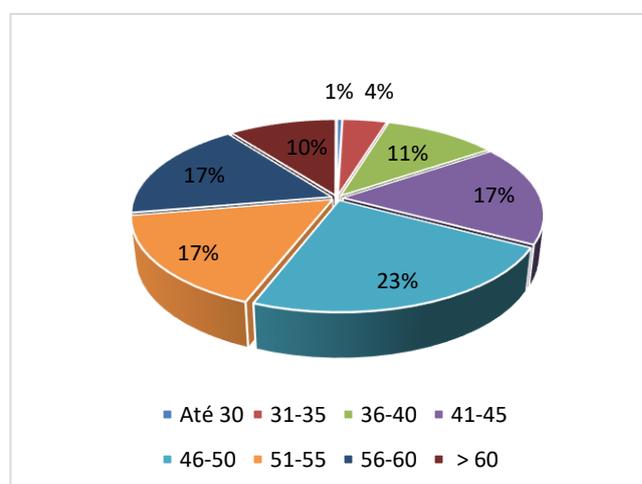


As carreiras onde é possível verificar maior número de trabalhadores do género feminino são as de Técnico Superior, de Assistente Técnico e de Assistente Operacional. O género feminino não se encontra representado ao nível dos dirigentes.



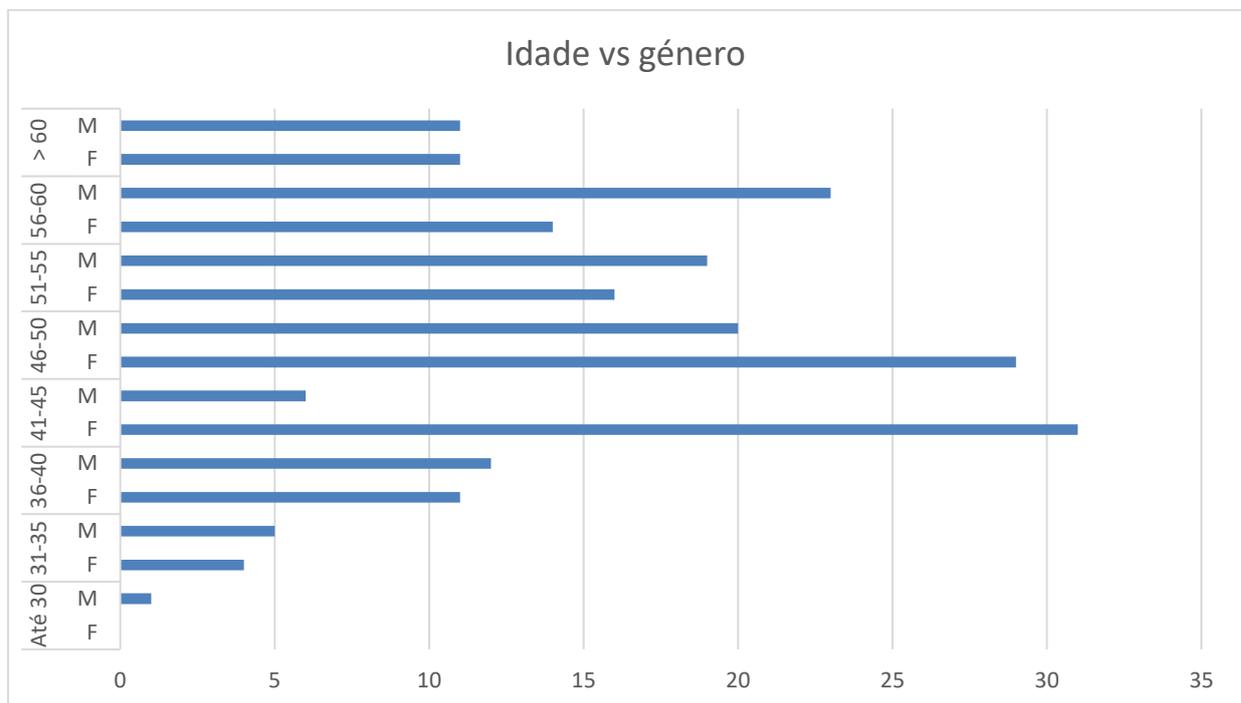
Distribuição de Trabalhadores por escalão etário

O gráfico que se segue demonstra o envelhecimento do universo de trabalhadores da autarquia. De facto, mais de 65 % dos trabalhadores encontram-se nos escalões etários acima dos 45 anos. Por outro lado, o escalão etário "Até 30 anos" apresenta apenas um trabalhador, ao passo que no escalão "superior a 60 anos" se encontram 22 trabalhadores.



Distribuição de trabalhadores por escalão etário e género

Quanto à distribuição do universo dos trabalhadores em função da idade e do género verifica-se, pela análise do gráfico, que os trabalhadores do género masculino são os que ocupam os escalões de idade superior, sendo que cerca de 75 % dos trabalhadores, do género masculino, tem idade superior a 45 anos de idade. Por outro lado, do universo dos trabalhadores do género feminino, verifica-se que 40,1 % das trabalhadoras tem idade igual ou inferior a 45 anos de idade.



Evolução de número de trabalhadores e despesas com o pessoal

	2015	2016	2017	2018	2019
Total de efetivos	193	190	189	193	205
Evolução efetivos	- 3,50%	- 1,55%	- 0,53%	2,12%	6,22%
Despesa paga	3 859 855,49	3 795 184,58	4 031 312,66	3 994 302,99	4 286 765,19
Evolução Despesa paga	- 2,92%	- 1,68%	6,22%	- 0,92%	7,32%
Despesa por trabalhador	19 999,25	19 974,66	21 329,70	20 695,87	20 911,05
Evolução despesa/trabalhador	0,60%	- 0,12%	6,78%	- 2,97%	1,04%

Quanto à evolução do número de trabalhadores verifica-se um acréscimo de cerca de 6% fruto das admissões verificadas em sede do PREVPAP. Como consequência, as despesas com o pessoal apresentam um aumento de cerca de 7%. Este aumento reflete-se também na despesa paga por trabalhador que apresenta um aumento de cerca de 1 %.

FACTOS RELEVANTES OCORRIDOS APÓS O ENCERRAMENTO DO EXERCÍCIO

O aparecimento recente do surto do vírus SARS-CoV-2 (Coronavírus), que apresenta um elevado índice de contágio e resultou na rápida propagação da doença COVID-19 à escala global levou à declaração de pandemia pela Organização Mundial de Saúde (OMS), em 11 de março de 2020.

Os impactos imediatos desta pandemia, designadamente na União Europeia, atingiram uma dimensão sem precedentes na situação de alerta gerada, no esgotamento dos sistemas de saúde e nas severas medidas de contenção e de combate que estão a ser implementadas em inúmeros países, incluindo a declaração, pela primeira vez na vigência da atual Constituição, do estado de emergência em Portugal, em 18 de março de 2020, por Sua Excelência o Presidente da República.

O confinamento decretado pelo Governo Português, para conter a propagação da COVID-19, levou a uma acentuada desaceleração da atividade económica, tendo afetado gravemente o concelho de Terras de Bouro, quer pelo encerramento de diversos setores da economia concelhia, quer pela menor procura como destino turístico, ou pela não abertura das termas, enquanto polo de atração e gerador de emprego, direto e indireto.

Assim, as perspetivas de evolução da atividade do Município em 2020 encontram-se inesperadamente desafiadas pelo impacto que a pandemia vier a provocar, nomeadamente ao nível das empresas do setor do turismo e, especialmente, nas pessoas mais carenciadas.

As incertezas quanto à evolução da pandemia e, em consequência, quanto à evolução do emprego, ao funcionamento do novo ano escolar, ao nível do funcionamento dos Lares da Terceira Idade, entre outras, condicionarão as opções políticas para ano de 2020 e, eventualmente, para os anos seguintes.

Espera-se que, em reação a este enquadramento desfavorável, os governos de países da Comunidade Europeia decidam, num espírito de verdadeira união, implementar medidas orçamentais extraordinárias e alterações na política monetária, que visem mitigar os impactos da crise provocada pela pandemia e estimular a retoma da economia.

No contexto descrito, o município adotou um conjunto de medidas de contingência sem prejuízo da continuidade da prestação dos serviços à comunidade, em conformidade com as orientações da Direção-Geral de Saúde: foram determinadas a segregação de equipas, a prestação de trabalho em regime de rotatividade e em regime de teletrabalho. Foram ainda adquiridos equipamentos de proteção pessoal para utilização pelos trabalhadores municipais.

Mas também foram implementadas um conjunto de medidas de apoio à comunidade, nomeadamente às IPSS's, às empresas e à população em geral, seja por via de fornecimento de equipamentos de proteção pessoal, pela realização de testes de despistagem de infeção, pela implementação de unidade móvel de rastreio, seja pela redução generalizada das tarifas de Águas, Saneamento e RSU's, ou pela redução das rendas, ou mesmo pela implementação de circuitos de transportes coletivos de passageiros gratuitos para a população, entre outras.

No entanto, este enquadramento de especial complexidade, decorrente do impacto do Coronavírus, não altera a direção nem diminui a determinação do executivo em prosseguir o trabalho de desenvolvimento do território.

Proposta de aplicação de resultados

O Resultado Líquido apurado no exercício de 2019 foi negativo de: **€ 258.998,01**.

Nos termos do disposto no ponto 2.7.3. do POCAL, propõe-se:

- 1.º - a sua aprovação;
- 2.º - que o mesmo seja transferido para a conta 59 – Resultados Transitados.

Terras de Bouro, 15 de junho de 2020

O Presidente da Câmara Municipal,

Manuel João Sampaio Tibo